

Pela continuidade da Lei 12.990/2014

» ANA CRISTINA DUARTE

Formada em direito, com MBA em gestão pública, militante feminista, ativista negra e sindicalista (UGT e Conascom)

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) trava uma luta histórica pela criação de uma sociedade mais justa e pelo prevalecimento do Estado desenhado pela Constituição Federal de 1988. O Pacto Global da ONU e a agenda ESG (environmental, social and governance — meio ambiente, social e governança) têm exigido que cada vez mais as empresas se comprometam com agendas que promovam a dignidade e a diversidade no mundo do trabalho. E o combate ao racismo é um dos enfoques. Em todos os setores, é perceptível iniciativas nessa direção.

No setor público, a sociedade brasileira avançou muito, como resultado da luta do movimento negro brasileiro, com a consolidação de políticas de ação afirmativa à comunidade negra, que carrega o peso da escravização, a mais longa entre os países. No passado, o Estado não só legitimou a desumanização do povo negro, como criou um conjunto de barreiras a sua efetiva integração, como muito bem descrito no livro *Cotas Raciais*, da promotora de justiça Lívia Sant’Anna Vaz. É inconcebível que o Estado que escravizou e que criou barreiras à efetiva integração não responda ao que estabelece o art. III, inciso III de nossa *Carta Magna*.

Não podemos nos esquecer que, em 2022, por meio do Decreto nº 10.932, de 10/01/22, o Estado brasileiro ratificou a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. Em seu art. 5º está estabelecido que: Os Estados Partes comprometem-se a adotar as políticas especiais e ações afirmativas necessárias para assegurar o gozo ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas ou grupos sujeitos ao racismo, à discriminação racial e formas correlatas de intolerância, com o propósito de promover condições equitativas para a igualdade de oportunidades, inclusão e progresso para essas pessoas ou grupos. Tais medidas ou políticas não serão consideradas discriminatórias ou incompatíveis com o propósito ou objeto desta Convenção, não resultarão na manutenção de direitos separados para grupos distintos e não se estenderão além de um período razoável ou após terem alcançado seu objetivo.

O objetivo da Lei nº 12.990/2014, que previa ação afirmativa de corte racial nos concursos públicos federais, não foi alcançado, sendo necessária e urgente a aprovação de sua continuidade. Dado o compromisso com a diversidade no mundo do trabalho, a UGT, como uma das mais importantes centrais sindicais do Brasil, fez-se parceira do Movimento Negro Unificado (MNU) na divulgação do relatório A implementação da Lei nº 12.990/2014: um cenário devastador de fraudes.

O título do relatório não exagera o que o grupo de pesquisa Opará, da Universidade



MAURE

Federal do Vale do São Francisco (Univasf), trouxe como evidência sobre a implementação da lei. Além de um atraso secular, mais uma vez o Estado brasileiro tarda a não garantir a reparação pactuada por ele mesmo. O mais grave é que o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, em seu voto na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 41), expressou de forma concreta que a política também pode ser fraudada pela própria Administração Pública.

O relatório comprovou a existência de seis modalidades de burlar à lei. Modalidades estas que foram produzidas e reproduzidas, resultando no impedimento de reserva de vagas para o ingresso de negras e negros no setor público federal. Nós da UGT lamentamos que as instituições de accountability (responsabilidade) não tenham criado instrumentos

de controle para impedir a retirada de direitos à população negra.

Nesse sentido, diante de uma reparação não realizada, deve ser compromisso de todas as instituições do Estado brasileiro e da sociedade garantir ao povo negro a continuidade da política de ação afirmativo racial. E, como o próprio estudo alertou, os efeitos às cotas raciais foram os mesmos à garantia do direito de pessoas com deficiência. Políticas de ação afirmativas chanceladas pelo Estado brasileiro não podem ter seus efeitos sustados pelos órgãos implementadores.

A UGT, honrando seu compromisso histórico por um Brasil mais justo, se coloca na defesa intransigente da diversidade no mundo do trabalho. Nossa defesa é que as leis que auxiliam no cumprimento dessa promessa ainda não efetivada pelo Estado sejam continuadas e, de fato, implementadas.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Jogos

A sabedoria popular ensina a desconfiar das facilidades e de todo o tipo de aposta em fortunas fáceis. Tanto é que não se conhecem ainda os jogos de sorte, e, sim, os chamados jogos de azar, que têm levado muita gente, e rapidamente, para a ruína financeira.

O Brasil, em matéria de jogos de azar, parece ter acertado no milhar, tamanha a quantidade de cassinos e de sites de apostas pela internet que existem à disposição dos apostadores. Com a recente regulamentação tanto das apostas esportivas como dos cassinos, o país assiste a uma espécie de boom econômico nesse setor. A cada dia, multiplicam-se os sites de apostas e de abertura de cassinos ao alcance do apertar de uma tecla, sem sair de casa.

É uma comodidade que, mais do que conforto, traz preocupações das mais sérias. Apenas conhecendo a pouca eficácia e mesmo o desdém de nossos órgãos de regulação e de fiscalização, já dá para imaginar como estarão funcionando esses autênticos sorvedouros de dinheiro da população.

Dizer que esse novo setor tem obtido recordes sobre recordes de procura e de ganhos financeiros não é surpresa, não chega a ser novidade, já que empresários que exploram esses polêmicos nichos, tanto aqui no país como no exterior, estavam, há anos, pressionando, com toda a espécie de lobby, as autoridades brasileiras — quer dizer, do Congresso — por sua liberalização.

O que preocupa é que, com esse crescimento exponencial, virão também coligados todo o tipo de contravenção e crime, sendo a lavagem de dinheiro de origem ilícita a mais praticada. O setor tem comemorado essa abertura, investindo cada vez mais nesses novos caça-níqueis on-line. Para se ter uma ideia desse novo “negócio da China”, basta verificar que, nesta semana, foi realizado em São Paulo o Brazilian iGaming SIG-MA 2024, o maior e mais concorrido evento de apostas e jogos da América Latina.

Nesse encontro que reuniu milhares de pessoas, estavam presentes os principais players desse mercado, que, hoje, investem não apenas em mais cassinos e sites de apostas, mas em emissoras de rádios e de televisão e em outras mídias de importância, expandindo seus leques de poder e influência. O mercado de apostas esportivas e de cassinos tem crescido não só em importância econômica, como em importância política, espraçando-se por dentro do Estado.

Aqui nesse meio, não se discutem problemas como dependência crônica de jogos on-line, ciclos viciantes ou destruição da vida financeira de inúmeras famílias. Tudo nesse setor brilha como ouro. A situação nessa área, onde quem ganha é sempre o dono do negócio, já pode ser considerada fora de controle. O Estado não sabe, hoje, quantos cassinos estão operando, e muito menos quantos sites de aposta on-line estão no ar.

O nosso país, como esses empresários e o mundo do crime internacional já sabiam, vai se transformando, a passos largos, no paraíso da jogatina e da lavagem de dinheiro. Para um país que há muito é conhecido como esconderijo paradisíaco de criminosos internacionais, nenhuma surpresa.

Para se ter uma ideia do crescimento desse gigante, nos últimos meses, centenas de empresas de apostas esportivas chegaram ao Brasil de olho nessa mina de ouro a céu aberto. O Brasil já é hoje um dos maiores mercados de apostas do planeta. E tudo isso aconteceu em pouco tempo, desde o afrouxamento das leis a partir de 2018.

Em 2023, o atual presidente da República deu mais um impulso ao setor de apostas, sancionando regulamentações favoráveis a essas atividades, bastando aos interessados pagarem taxas burocráticas para oferecerem esses serviços. Aqui também não se discutem assuntos constrangedores, como o mal que as apostas esportivas têm feito ao futebol e à credibilidade das partidas.

Tudo no futebol mudou com a liberação das apostas esportivas, inclusive, os resultados. Para o crime organizado, que há anos age e se expande em nosso país, investindo desde carreiras políticas até em empresas de ônibus urbanos, o investimento nos jogos de azar veio a calhar e dar novo impulso e tranquilidade às finanças desses bandos. Sem a criação de uma superestrutura de controle e fiscalização sobre esse setor dentro da Polícia Federal e da própria Receita, dificilmente a população irá enxergar qualquer benefício oriundo dessa atividade azarenta.

» A frase que foi pronunciada:

“São circunstâncias muito complexas as que marcam ou decidem o destino dos homens.”

José Saramago

Projeto Compostar

» Que fique registrado nesta coluna uma alternativa para mudar o lixo da capital do país. Muitas vezes, ter o trabalho de separar o lixo em casa é ato em vão quando os sacos se misturam no caminhão de coleta. O projeto Compostar recolhe na sua casa os resíduos orgânicos e, dependendo do plano assinado, você pode receber o adubo orgânico já pronto ou plantas. É uma ideia que limpa o ar e o futuro da cidade.

» História de Brasília

Terça-feira começará a vacinação Sabin em Brasília. Leve seus filhos. A vacina Sabin não dá reação, não é injeção nem arranhão. É uma gota pingada na língua, e peça sempre com sabor de cereja, que é uma delícia. (Publicada em 6/4/1962)

Unidos pela saúde: a importância da vacinação no combate ao HPV

» LEONARDO WEISSMANN

Médico do Instituto de Infectologia Emílio Ribas, consultor técnico da Comissão Nacional pela Erradicação da Pólio do Rotary International e professor da Universidade de Ribeirão Preto (SP)

As campanhas de imunização do século passado não são apenas capítulos da história, elas lançam luz sobre nossos desafios atuais. A erradicação da varíola e a quase eliminação da poliomielite são marcos que destacam a importância vital das vacinas não só na redução da mortalidade infantil, mas também na prevenção de doenças em todas as idades. Por exemplo, enquanto o poliovírus selvagem infectava cerca de 350 mil crianças anualmente em 1988, a incidência da doença hoje é reduzida em mais de 99% globalmente graças a esforços massivos de imunização apoiados por governos e organizações como o Rotary International.

Recentemente, as vacinas têm sido alvo de diversas campanhas negativas que questionam sua segurança e eficácia, colocando em risco a saúde pública. Contra esse cenário, a Semana Mundial de Vacinação, na última semana de abril, torna-se um momento essencial para reforçar a importância das vacinas. Esse evento global destaca a necessidade de agirmos juntos para garantir que pessoas de todas as idades continuem sendo protegidas contra diversas doenças.

Neste momento, focaremos no papiloma-vírus humano (HPV), um vírus ligado a uma série de cânceres, incluindo o de colo de útero — o terceiro mais comum entre mulheres no Brasil, atrás apenas dos cânceres de mama e colorretal. O HPV também está

associado a cânceres de vulva, vagina, pênis, ânus e orofaringe. A infecção por esse vírus é uma das mais comuns entre as doenças sexualmente transmissíveis, com cerca de 200 tipos conhecidos, dos quais aproximadamente 40 afetam a região genital. O HPV é transmitido principalmente por contato sexual e pode ser transmitido mesmo na ausência de sintomas visíveis.

Desde sua introdução no calendário do SUS em 2014, a vacina contra o HPV tem sido uma ferramenta crucial no Brasil para combater essa infecção. Com uma eficácia de até 98% na prevenção de cânceres associados ao HPV quando administrada antes do início da atividade sexual, a vacina é essencial para pré-adolescentes de ambos os sexos. A eficácia reduz para 44% em indivíduos que já iniciaram vida sexual, sublinhando a necessidade de vacinação precoce. Na Austrália, por exemplo, um robusto programa de vacinação levou à queda de mais de 90% nas infecções por HPV e verrugas genitais.

Além disso, a hesitação vacinal representa um obstáculo significativo, muitas vezes, alimentada por mitos e desinformação sobre os efeitos colaterais das vacinas. Em todo o mundo, essa hesitação é exacerbada pela preocupação dos pais com a futura vida sexual de seus filhos, mostrando a necessidade urgente de campanhas de informação mais eficazes e sensíveis ao contexto cultural.

Esses desafios são acentuados em regiões com acesso limitado à saúde e à educação.

Atualmente, a vacina contra o HPV é disponibilizada gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para crianças de 9 a 14 anos. Em uma iniciativa recente para aumentar a cobertura vacinal, o Ministério da Saúde do Brasil adotou a administração de uma única dose, alinhando-se às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e facilitando o acesso. A vacina também está acessível na rede privada para pessoas de todas as idades.

A vacinação contra o HPV transcende a saúde pública, é um direito humano fundamental que demanda um engajamento mais amplo e ativo de todos nós. É crucial que governos, ONGs, profissionais de saúde e cidadãos unam forças para eliminar o câncer de colo do útero e também para fortalecer nossas comunidades contra futuras ameaças à saúde.

Durante a Semana Mundial de Imunização, destacamos o papel essencial das vacinas na proteção de vidas. Encorajamos você a se envolver ativamente: eduque-se sobre os benefícios das vacinas, participe de iniciativas de saúde pública e ajude a disseminar informações confiáveis. Juntos, podemos enfrentar a hesitação vacinal e garantir um futuro mais saudável para as próximas gerações. Torne-se um defensor da saúde pública, contribuindo para um mundo mais seguro e protegido.